

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

THIAGO ALEXANDRE DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS RESULTADOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIO
E PATRIMONIAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

MACEIÓ

2023

THIAGO ALEXANDRE DOS SANTOS

**ANÁLISE DOS RESULTADOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIO
E PATRIMONIAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Valdemir da Silva.

MACEIÓ

2023

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Jone S. A. de Oliveira – CRB-4 – 1485

S237a Santos, Thiago Alexandre dos.
Análise dos resultados contábeis orçamentário e patrimonial dos estados e do Distrito Federal / Thiago Alexandre dos Santos. – 2023.
39 f. : il., tabs.

Orientador: Valdemir da Silva.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 38-39.

1. Contabilidade Pública. 2. Resultados Orçamentários. 3. Resultados Patrimoniais. I. Título.

CDU: 657

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ser o meu auxílio e fortaleza, minha primeira fonte de inspiração, capacitação e sustento diante dos obstáculos. Sem Ele, não teria chegado até esta etapa da minha vida.

Ao meu orientador, Professor Valdemir da Silva, pela orientação precisa, paciência e pelo valioso aconselhamento ao longo deste processo.

Aos meus professores e colegas de classe, que me proporcionaram conhecimentos e debates enriquecedores.

À minha família e amigos, pelo apoio incondicional, compreensão e encorajamento constantes.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para este projeto, pois cada pequena ajuda foi fundamental para a conclusão deste TCC.

RESUMO

Considerando a relevância dos regimes orçamentários e patrimoniais aplicados ao contexto do setor público, o presente estudo tem como propósito analisar o comportamento dos resultados contábeis, tanto de natureza orçamentária quanto patrimonial, nas unidades federativas dos Estados e no Distrito Federal. No tocante aos objetivos da pesquisa, está se enquadrando na categoria de pesquisa descritiva, quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa engloba a coleta de dados e análise documental, em termos de abordagem metodológica, a pesquisa é qualificada como quantitativa. O universo da pesquisa é composto pelas 27 unidades da federação, abrangendo os exercícios de 2018 a 2021. Os resultados revelam que, em média, houve um equilíbrio leve entre o planejamento orçamentário e os resultados obtidos, sendo que a maioria dos estados conseguiram manter superávits orçamentários constantes. Entretanto, ao considerar os enfoques orçamentário e patrimonial, observaram-se diferenças significativas, indicando desafios na conciliação entre esses regimes contábeis. Em termos gerais, a análise sugere que a gestão das finanças públicas ainda enfrenta obstáculos na busca pela harmonização entre os regimes orçamentário e patrimonial. Isso destaca a necessidade de estratégias mais eficazes para superar esses desafios e garantir uma gestão financeira mais sólida e transparente por parte dos Estados e do Distrito Federal. Este estudo contribui para a compreensão dessas questões e fornece subsídios para a tomada de decisões e políticas públicas mais informadas nessa área.

Palavras-chave: Contabilidade Pública; Resultados Orçamentários; Resultados Patrimoniais;

ABSTRACT

Considering the relevance of budgetary and patrimonial regimes applied to the public sector, the present study aims to analyze the behavior of accounting results, both budgetary and patrimonial in nature, in the federal units of the States and the Federal District. Regarding the research objectives, it falls into the category of descriptive research. In terms of methodological procedures, the research encompasses data collection and document analysis. In terms of methodological approach, the research is classified as quantitative. The research scope includes the 27 federal units, covering the fiscal years from 2018 to 2021. The results reveal that, on average, there was a slight balance between budgetary planning and outcomes, with most states managing to maintain consistent budget surpluses. However, when considering budgetary and patrimonial perspectives, significant differences were observed, indicating challenges in reconciling these accounting regimes. Overall, the analysis suggests that public financial management still faces obstacles in achieving harmony between budgetary and patrimonial regimes. This underscores the need for more effective strategies to overcome these challenges and ensure more robust and transparent financial management by the States and the Federal District. This study contributes to understanding these issues and provides insights for more informed decision-making and public policies in this area

Keywords: Public Accounting; Budgetary Results; Patrimonial Results.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Unidades Federativas que compõem o universo da pesquisa	20
Quadro 2	Indicadores de Custos	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Análise Descritiva dos Resultados Orçamentários e Patrimoniais dos Estados Brasileiros (2018 a 2021).	22
Tabela 2	Indicadores dos Resultados sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial dos estados Brasileiros, entre 2018 e 2021	23
Tabela 3	Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021.	25
Tabela 4	Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021.	26
Tabela 5	Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021.	27
Tabela 6	Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sudeste e suas variações, entre 2018 e 2021.	28
Tabela 7	Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021	29
Tabela 8	Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021.	30
Tabela 9	Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Centro-Oeste e suas variações, entre 2018 e 2021.	31
Tabela 10	Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021.	31
Tabela 11	Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021	32
Tabela 12	Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021.	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CASP	Contabilidade Aplicada ao Setor Público
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
I_ResOrc	Índice de Resultado Orçamentário
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
IRPE	Índice de Resultado Patrimonial do Exercício
MCASP	Manual de contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC	Norma Brasileiras de Contabilidade
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização e Problemática	11
1.2 Objetivos	12
1.2.1 Objetivo Geral.....	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa	12
1.4 Estrutura da Pesquisa	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Contabilidade Orçamentária e Patrimonial	14
2.2 Regimes Orçamentários e Patrimonial	15
2.2.1 Receitas e Despesas Orçamentárias	16
2.2.2 Variações Patrimoniais Quantitativas	17
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	19
3.1 Tipologia da Pesquisa	19
3.2 Amostra da Pesquisa	20
3.3 Coleta e Tratamento dos Dados	20
3.4 Indicadores utilizados na Pesquisa	21
4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	23
4.1 Análise Descritiva dos Resultados Orçamentário e Patrimonial	23
4.2 Resultados sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial	24
4.3 Comportamento das Receitas e Despesas sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial	25
4.3.1 Receitas e Despesas sob o Enfoque Orçamentário	26
4.3.2 Receitas e Despesas sob o Enfoque Patrimonial.....	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problemática

A contabilidade orçamentária e patrimonial desempenha um papel fundamental na gestão das finanças públicas nos Estados e no Distrito Federal. Ela não apenas fornece informações essenciais para a tomada de decisões e o controle das finanças governamentais, mas também é fundamental para a transparência e prestação de contas à sociedade.

No Brasil, o período de 2018 a 2021 foi marcado por uma série de desafios econômicos e políticos. Esses anos testemunharam a implementação de reformas significativas, mudanças nas administrações estaduais e federais, além de impactos da pandemia de COVID-19. Esses fatores podem ter influenciado significativamente os resultados contábeis orçamentários e patrimoniais dos Estados e do Distrito Federal.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público. Nesse contexto, os princípios e normas voltadas para a contabilização: reconhecimento, mensuração e evidenciação dos fatos ocorridos durante o exercício (BRASIL, 2021). Como para o acompanhamento do patrimônio, a Contabilidade Aplicada ao Setor Público deve evidenciar as variações patrimoniais, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária, conforme prevê a Lei nº 4.320/1964 (BRASIL, 1964).

Portanto, além de realizar o registro do orçamento, é necessário evidenciar os eventos relacionados ao patrimônio, garantindo que as alterações patrimoniais sejam refletidas no resultado financeiro (BRASIL, 2021). Dentro desse contexto, a problemática que direciona este estudo é a seguinte: **“Como se comportaram os resultados contábeis orçamentários e patrimoniais dos Estados e do Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2021?”**

Essa problemática implica em uma investigação abrangente dos indicadores contábeis desses entes federativos durante esse período. Para responder a essa pergunta, será necessário analisar as receitas, despesas, superávits ou déficits orçamentários e patrimoniais. Além disso, é fundamental considerar como eventos econômicos, políticos e sociais influenciaram esses resultados, como políticas fiscais, reformas tributárias e a gestão das finanças públicas em cada Estado e no Distrito Federal.

Em suma, este estudo busca contribuir para uma análise mais aprofundada da contabilidade pública nos Estados e no Distrito Federal durante um período de mudanças

significativas, fornecendo informações relevantes para a tomada de decisões, a transparência e o aprimoramento da gestão governamental.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar o comportamento dos resultados contábeis orçamentário e patrimonial dos Estados e Distrito Federal entre os anos de 2018 e 2021.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral traçado para esta pesquisa, são apresentados os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as receitas e as despesas sob os enfoques orçamentário e patrimonial;
- Confrontar as receitas e as despesas sob os enfoques orçamentário e patrimonial; e
- Analisar o comportamento dos resultados contábeis orçamentário e patrimonial.

1.3 Justificativa

A Contabilidade Pública encontra-se atualmente em um processo de convergência em direção às normas internacionais. Embora as normas específicas para o setor público tenham sido emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em 2008, muitas entidades públicas ainda não implementaram plenamente essas normas em seus Balanços, de acordo com as instruções contidas nas IPSAS (International Public Sector Accounting Standards), nas NBC Ts (Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público) e na MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).

Esse processo de convergência representa um desafio significativo tanto para os contadores públicos quanto para os gestores do setor público. Ao longo de muitos anos, a Contabilidade Pública foi predominantemente orientada pelo regime contábil misto, que consistia no uso do regime de caixa para registrar as receitas e o regime de competência para

registrar as despesas.

Dessa forma, torna-se evidente a importância deste estudo, uma vez que há uma escassez de trabalhos acadêmicos que se dedicaram à análise dos resultados obtidos a partir da adoção desses novos regimes contábeis. É relevante ressaltar que esse tema é relativamente recente no campo da Contabilidade, o que ressalta a necessidade de uma investigação aprofundada para compreender os impactos e implicações dessas mudanças.

1.4 Estrutura da Pesquisa

A estrutura desta pesquisa é formada, além de por esta introdução, por mais quatro seções. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico sobre os resultados contábeis e orçamentários. Na terceira seção, a metodologia aplicada a este estudo. A análise do comportamento dos resultados contábeis e orçamentários e os principais achados dessa análise são apresentados na quarta seção. Por fim, na quinta seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção aborda fundamentações teóricas de relevância acerca deste estudo, discorrendo sobre os principais conceitos, como contabilidade orçamentaria e patrimonial, bem como os regimes contábeis, utilizando leis que regulamentam a contabilidade pública, estudos anteriores e abordagens empíricas sobre o tema em discussão, dessa forma, compondo o embasamento para essa pesquisa.

2.1 Contabilidade Orçamentária e Patrimonial

No Brasil, o processo de desenvolvimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) teve início com um evento significativo, a edição da Lei nº 4.320/1964. Essa legislação estabeleceu diretrizes essenciais para o controle das finanças públicas, destacando o orçamento público como o principal instrumento (DA SILVA; SANCHES, 2021).

Assim, o orçamento ganhou significativa importância. Em consequência disso, as normas para registros de fatos e elaboração das demonstrações contábeis, fundamentaram-se, sobretudo, nos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação do aspecto patrimonial (BRASIL, 2021).

De acordo com MCASP a Contabilidade Orçamentária e Patrimonial, são duas vertentes fundamentais da Contabilidade Pública no Brasil. Os manuais da STN buscam harmonizar os enfoques orçamentários e patrimoniais existentes (CRUVINEL; LIMA, 2011).

Para Marion (2009) A contabilidade Orçamentária tem como objetivo principal o planejamento e o controle das atividades financeiras e econômicas de uma entidade. Ela busca traçar metas, identificar recursos necessários, controlar os resultados e avaliar o desempenho, por meio da comparação entre o que foi planejado e o que efetivamente ocorreu.

Embora haja uma grande significância no enfoque orçamentário na Lei nº 4.320/64, ela também abrange o enfoque patrimonial, determinando que as variações patrimoniais sejam evidenciadas, tanto aquelas independentes quanto as resultantes da execução orçamentária. Portanto, além de realizar o registro do orçamento, é necessário evidenciar os eventos relacionados ao patrimônio, garantindo que as alterações patrimoniais sejam refletidas no resultado financeiro (BRASIL, 2021).

Dessa forma, conforme estabelecido no MCASP, o enfoque patrimonial compreende o registro e a evidenciação da composição patrimonial do ente público (arts. 85, 89, 100 e 104 da Lei nº 4.320/1964), sendo assim, é fundamental observar os princípios e diretrizes contábeis

relacionados ao reconhecimento, mensuração e divulgação adequados dos ativos, passivos e suas variações patrimoniais.

Ademais, a Contabilidade da Patrimonial, está ligada ao regime contábil de competência integral, que demonstra o Patrimônio Líquido da entidade pela contabilização de todos os eventos econômicos que possam afetar a posição patrimonial (ORAIR, 2011). Para Dutra & Jesus (2012) esse regime constitui-se de que todas as receitas e despesas sejam evidenciadas no momento em que ocorre o fato gerador, e não quando acontece o recebimento ou pagamento.

2.2 Regimes Orçamentários e Patrimonial

Grande parte das receitas e despesas no setor público provém da execução do orçamento, ou seja, da concretização das estimativas de receitas e despesas planejadas pela instituição.

No entanto, existem eventos econômicos, como a depreciação, que ocorrem independentemente da execução do orçamento. Sendo assim, além de reconhecer a depreciação nos demonstrativos contábeis, evidenciar a taxa e o método de depreciação, por exemplo, é de fundamental importância para a tomada de decisão e a transparência (ANDRADE; DA SILVA SUZART, 2019)

Diante do exposto, faz-se necessário entender as duas vertentes dos regimes utilizados na contabilidade aplicada ao setor público.

2.2.1 Regime Orçamentário

O regime orçamentário tem seu foco na execução e acompanhamento dos orçamentos públicos. Este regime está diretamente associado à previsão de receitas e despesas e ao estabelecimento de metas e objetivos para a aplicação dos recursos financeiros do Estado. (BRASIL, 1964).

Na visão de Slomski (2001), O regime orçamentário tem a função de demonstrar o registro dos valores das receitas previstas e realizadas, das despesas fixadas, empenhadas e realizadas, bem como, a diferença entre o valor estabelecido na lei do orçamento e a execução efetiva.

A base do regime orçamentário está na Lei nº 4.320/1964, que institui os seguintes procedimentos no registro das receitas e despesas, de acordo com o art. 35, “pertencem ao exercício financeiro: I – as receitas nele arrecadas; e II – as despesas nele legalmente empenhadas”. Desse modo, as despesas empenhadas são classificadas pelo regime de

competência e as receitas pelo regime de caixa, adotando-se o regime misto para o setor público. (ASSET, 2011).

Para Angélico (1995) o regime misto deturpa o resultado financeiro dos órgãos públicos, no entanto, apresenta o resultado econômico da mesma forma como se fosse utilizado o regime de competência. Isto se justifica pelo registro no resultado econômico das receitas não arrecadadas e despesas empenhadas e não pagas.

2.2.2 Regime Patrimonial

O ano de 2008 representa um ponto de referência significativo na introdução do Regime de Competência e do controle patrimonial para o registro dos eventos contábeis no setor público brasileiro, graças à publicação da NBC T 16. No entanto, é importante destacar que essa abordagem não foi aplicada de forma abrangente ao tratamento dos eventos orçamentários.

Na perspectiva de Dutra e De Jesus (2012) o principal tema de reforma sobre as demonstrações financeiras sob a perspectiva patrimonial é a adoção do regime de competência no reconhecimento de receitas e despesas. Ou seja, as transações financeiras só devem ser reconhecidas no momento do seu fato gerador.

Além disso, a Resolução CFC nº 1111/2007, dispõe que o princípio da competência, determina que as transações e outros eventos sejam reconhecidos e confrontadas no período em que ocorreram.

Para Martins (1999), as informações obtidas através do regime de competência são superiores ao regime de caixa. É necessário ressaltar que a importância do regime de caixa não é negligenciada, mas sim que as demonstrações contábeis elaboradas pelo regime de competência estão conectadas a ele.

Diante do exposto, no estudo Sothe e Scarpin (2011), relatam que através da adoção do regime de competência para evidenciar a evolução patrimonial, será possível que a sociedade avalie o desempenho do gestor público, como também a capacidade em reduzir os gastos com manutenção de suas atividades, controlar o endividamento público, aumentar os investimentos em bens permanentes, obras e conservação do patrimônio público, além de promover uma real evolução do patrimônio do órgão público.

2.2.1 Receitas e Despesas Orçamentárias

O conceito de Receita orçamentária, segundo Pires (2006, p.125), “corresponde a todas

as entradas de recursos, exceto os depósitos de terceiros e as operações de crédito por antecipação da receita orçamentária”.

As receitas orçamentárias podem ser divididas em efetivas, em que no momento do reconhecimento do crédito, há um aumento na situação líquida patrimonial da entidade, ou seja, se constitui fato contábil aumentativo. Já a Receita orçamentária não efetiva não altera a situação líquida patrimonial no momento do reconhecimento do crédito e, então, se constitui como fato contábil permutativo (CASTRO, 2013).

De ponto de vista econômico o art. 11 da Lei 4320/64, define que as receitas orçamentárias podem ser classificadas em duas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de capital. Assim, as Receitas Correntes são aquelas “receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras”. E as de capital “provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos” (BRASIL,1964).

Assim como nas receitas, as despesas orçamentárias, também são classificadas em duas categorias econômicas, sendo elas: Despesas correntes e Despesas de capital. As despesas correntes são as despesas de custeio e transferências correntes. Já as de capital abrangem despesas com investimentos, inversões financeiras e transferências de capital. (BRASIL, 1964).

Na perspectiva de Silva (2002), as despesas correntes são aquelas que se referem a desembolsos ou aplicações que delas não resultam compensação patrimonial e, conseqüentemente, diminuem o patrimônio, e as despesas de capital criam desembolso ou publicações que resultem mutações compensatórias nos elementos do patrimônio.

Além disso, de acordo com a art. 58 da Lei nº 4320/64, a despesa pública passa por três estágios: empenho, liquidação e pagamento. O empenho não cria a obrigação, mas reserva dotação orçamentária para cumprir a obrigação existente entre Estado e o fornecedor. realização. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito em questão. O terceiro estágio, conforme o art. 62 da lei nº 43 20/64, consiste no pagamento da despesa que só será efetuado após sua regular liquidação, representando, portanto, a quitação da obrigação com o fornecedor (BRASIL, 1964).

2.2.2 Variações Patrimoniais Quantitativas

As variações patrimoniais nas entidades públicas decorrem das aquisições ou utilização dos recursos públicos, o que pode ocasionar modificações em suas estruturas patrimoniais.

Essas variações, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade no 1.131/08, são definidas como transações que provocam alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, podendo ter caráter compensatório ou não, e podem afetar ou não o resultado.

Dessa forma, consideram-se no setor público como variações patrimoniais quantitativas as decorrentes de transações que aumentam ou diminuem a situação líquida. Já as variações qualitativas são consequências de transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial (BRASIL, 2014).

As variações quantitativas são classificadas em duas categorias: Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas, conforme MCASP (BRASIL, 2021).

As variações patrimoniais aumentativas e diminutivas referem-se a transações que ocasionam modificações nos elementos patrimoniais de uma entidade do setor público e têm impacto direto no resultado (BRASIL, 2021)

Segundo Rosa (2011), as variações quantitativas referem-se às mudanças que ocorrem no setor público devido a transações. Estas variações podem ser de dois tipos: aumentativas ou diminutivas. As variações quantitativas aumentativas têm como resultado o aumento do patrimônio líquido, enquanto as variações quantitativas diminutivas levam à redução do patrimônio líquido (BRASIL, 2021)

O registro adequado e o entendimento dessas variações são fundamentais para uma gestão financeira responsável e para a prestação de contas transparente no âmbito do setor público.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O objetivo da presente pesquisa é analisar o comportamento dos resultados contábeis orçamentários e patrimoniais dos estados brasileiros. Nessa perspectiva, essa seção busca explicitar as características da presente pesquisa e delimitar como sua operacionalização será realizada de modo a alcançar o objetivo proposto.

3.1 Tipologia da Pesquisa

De acordo com o propósito central da pesquisa, que consiste em analisar o comportamento dos resultados orçamentários e patrimoniais dos estados brasileiros, o estudo adota uma abordagem descritiva, essa abordagem envolve a análise de uma população específica ou fenômeno, examinando as interações entre suas variáveis, que podem ser influenciadas por fatores comportamentais individuais ou por dinâmicas de grupos complexos, bem como observando a frequência com que esses fenômenos ocorrem dentro do período de estudo. (GIL, 2008; MANZATO; SANTOS, 2012).

De acordo com Triviños (1987, p. 110) “o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

No que tange aos procedimentos metodológicos adotados, o presente estudo assume uma abordagem documental. Para Fachin (2005, p.146) o método documental “consiste na coleta, classificação, seleção difusa e utilização de toda a espécie de informações, compreendendo também as técnicas e os métodos que facilitam a sua busca e a sua identificação”. Nesse contexto, a coleta de dados para este estudo envolve a obtenção de informações retiradas do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI).

Quanto a abordagem metodológica, este estudo é de natureza quantitativa, uma vez que busca a análise estatística dos resultados contábeis em estudo. Isso visa possibilitar a análise e a comparação dos resultados relacionados à gestão de finanças das contas públicas dos estados brasileiros (WAINER, 2007). Desse modo, para Richardson (1999, p. 70), “o método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.”.

3.2 Amostra da Pesquisa

A amostra da pesquisa é composta pelas 27 unidades da Federação, abrangendo os exercícios de 2018 a 2021 (Quadro 1).

Os objetos selecionados e investigados por este estudo são os resultados orçamentários e patrimoniais classificando corretamente as receitas e despesas, bem como, as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em relação aos respectivos períodos investigado, possibilitando analisar o desempenho orçamentário e patrimonial dos 27 entes subnacionais.

Quadro 1 - Unidades Federativas que compõem o universo da pesquisa

Ordem	Unidade Federativa	Sigla	Ordem	Unidade Federativa	Sigla
1	Acre	AC	15	Paraíba	PB
2	Alagoas	AL	16	Paraná	PR
3	Amapá	AP	17	Pernambuco	PE
4	Amazonas	AM	18	Piauí	PI
5	Bahia	BA	19	Rio De Janeiro	RJ
6	Ceará	CE	20	Rio Grande Do Norte	RN
7	Distrito Federal	DF	21	Rio Grande Do Sul	RS
8	Espírito Santo	ES	22	Rondônia	RO
9	Goiás	GO	23	Roraima	RR
10	Maranhão	MA	24	Santa Catarina	SC
11	Mato Grosso	MT	25	São Paulo	SP
12	Mato Grosso Do Sul	MS	26	Sergipe	SE
13	Minas Gerais	MG	27	Tocantins	TO
14	Pará	PA			

Fonte: Elaboração autoral (2023)

A próxima seção abordará a maneira como os dados orçamentários e patrimoniais relacionados à execução das 27 unidades federativas são coletados.

3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Para atingir o objetivo desse presente estudo, foram coletados as receitas e despesas orçamentárias, bem como, as variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas, das 27 unidades federativas no site do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Foi realizado um levantamento dos dados relativos às receitas arrecadadas e às despesas empenhadas, além das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. Em seguida, foram aplicadas as fórmulas para calcular o Índice de Resultado Orçamentário e o Índice de Resultado

Patrimonial do exercício, a fim de obter os resultados correspondentes (Quadro 2).

A tabulação e o tratamento dos dados coletados foram realizados por meio da construção de planilhas na ferramenta Excel ® versão 2016 da Microsoft, na qual foram efetuados os cálculos dos indicadores do escopo da pesquisa (QUADRO 2).

Os dados orçamentários, categorizados economicamente (Balanço Orçamentário), e os patrimoniais (Demonstrações das Variações Patrimoniais) foram coletados, respectivamente, com base nos apresentados ao final de cada exercício financeiro. Entretanto, visando estabelecer uma comparação mais realista, os valores dos anos de 2018 a 2021 foram atualizados monetariamente para dezembro de 2021, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE), para, entre outros fins, medir a inflação oficial do país.

3.4 Indicadores utilizados na Pesquisa

Para analisar os resultados orçamentários, foram considerados as orientações do art. 35 da Lei nº 4.320/64 e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Nesse sentido, o quadro apresenta os indicadores do Resultado Orçamentário (I ResOrc) e do Resultado Patrimonial do Exercício (IRPE).

Quadro 2 – Indicadores de Custos

Indicador	Fórmula	Fonte
I_ResOrc	$\frac{\text{Receitas Orçamentaria Arrecadada}}{\text{Despesas Orçamentária Empenhada}}$	Lei nº 4.320/64
IRPE	$\frac{\text{Variações Patrimoniais Aumentativas}}{\text{Variações Patrimoniais Diminutivas}}$	MCASP (2021)

Fonte: Elaboração da autoral (2023)

O Índice de Execução do Resultado Orçamentário (O I_ResOrc) é decorrente da relação entre o total das receitas arrecadadas e o total das despesas orçamentárias empenhadas, ambas reconhecidas pela aplicação do regime orçamentário. A interpretação desse índice mostra o quanto existe de receita orçamentária arrecadada para cada R\$ 1,00 de despesa empenhada, podendo resultar em uma situação de superávit orçamentário, equilíbrio ou déficit orçamentário.

O Índice do Resultado Patrimonial do Exercício emerge da relação entre as receitas (variações patrimoniais aumentativas) e despesas (variações patrimoniais diminutivas), ambas

reconhecidas pelo regime de competência (NBC T SPEC/2016). A interpretação desse índice mostra o quanto existe de receita para cada R\$ 1,00 de despesa, podendo resultar em uma situação de superávit patrimonial, equilíbrio ou déficit patrimonial.

A análise dos índices abordará, além dos valores relativos e de evolução, os resultados descritivos desses: média e desvio padrão de cada cenário econômico.

Orientados pela metodologia da pesquisa e buscando alcançar o objetivo geral proposto para este estudo, serão apresentados a seguir a análise dos dados e os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva dos Resultados Orçamentário e Patrimonial

A Tabela 1 apresenta uma análise descritiva dos resultados orçamentários e patrimoniais dos estados brasileiros entre 2018 e 2021.

Tabela 1 - Análise Descritiva dos Resultados Orçamentários e Patrimoniais dos Estados Brasileiros (2018 a 2021)

Medidas	2018		2019		2020		2021	
	I_ResOrc	IRPE	I_ResOrc	IRPE	I_ResOrc	IRPE	I_ResOrc	IRPE
Média	1,01	1,33	1,03	1,01	1,07	1,08	1,05	1,10
Mediana	1,00	0,99	1,01	1,01	1,05	1,06	1,04	1,07
DesvPad	0,11	1,76	0,09	0,23	0,07	0,29	0,06	0,19
Máximo	1,46	10,31	1,36	1,82	1,25	2,07	1,25	1,78
Mínimo	0,82	0,78	0,90	0,50	0,97	0,44	0,94	0,84

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Ao analisar dos dados acima, a média dos resultados orçamentários manteve-se próxima de 1 ao longo dos anos, indicando que, em média, os estados apresentaram um leve equilíbrio entre o planejamento orçamentário e os resultados obtidos. Já a média do IRPE ficou ligeiramente acima de 1, sugerindo que, em média, os estados conseguiram gerar um impacto positivo em seus patrimônios líquidos ao longo do período.

Em relação a mediana de ambos indicadores também foi próxima de 1 ou tiveram resultados semelhantes, o que reforça a ideia de que a maioria dos estados manteve um alinhamento entre o planejamento orçamentário e os resultados patrimoniais.

Já o desvio padrão dos resultados orçamentários foi relativamente baixo, indicando que a maioria dos estados teve variações moderadas nos indicadores ao longo dos anos. Entretanto, o desvio padrão do IRPE foi mais elevado, indicando que houve mais variação nos resultados patrimoniais entre os estados, porém, em queda o que indica uma maior estabilidade nos resultados patrimoniais nos anos mais recentes.

Os valores máximos e mínimos dos indicadores oferecem insights sobre a amplitude das variações observadas. Por exemplo, o valor máximo do IRPE em 2018 (10,31) sugere uma situação atípica em um estado específico, possivelmente relacionado a eventos ou medidas extraordinárias naquele ano. O valor mínimo do I_ResOrc em 2020 (0,97) indica que um ou mais estado obtiveram resultados orçamentários abaixo da média nesse ano

4.2 Resultados sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial

A Tabela 2 apresenta Indicadores dos Resultados sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial dos estados Brasileiros, entre 2018 e 2021.

Tabela 2 – Indicadores dos Resultados sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial dos estados Brasileiros, entre 2018 e 2021

UF	2018		2019		2020		2021	
	ResOrc	IRPE	ResOrc	IRPE	ResOrc	IRPE	ResOrc	IRPE
AC	0,9928	0,7888	1,0206	0,9805	1,0211	1,3647	1,0065	0,9651
AL	1,4626	1,0001	1,0609	1,0140	1,1345	1,0321	0,9435	1,0954
AM	1,0220	1,0397	1,0327	1,0140	1,0604	1,0636	1,0311	0,9960
AP	1,0652	10,3083	1,1375	1,2586	1,2466	1,2212	1,2456	1,1388
BA	0,9803	1,1336	1,0002	0,4983	1,0438	2,0743	1,0727	1,0565
CE	0,8509	1,0738	0,9059	1,0511	1,0515	0,9628	1,0397	1,0215
DF	0,9974	1,0929	1,0087	1,8207	1,0551	1,0630	1,0439	1,0261
ES	1,0300	0,8827	1,1576	0,9983	1,0601	1,0702	1,0694	1,0748
GO	0,9480	1,0003	1,0177	1,0118	1,0181	0,9943	1,0237	0,9314
MA	0,8166	0,9771	0,9825	0,9019	1,0164	0,5993	0,9532	1,2150
MG	0,8909	0,8627	0,9202	0,9792	0,9734	0,7502	1,0008	1,0098
MS	1,0138	1,0300	1,0034	1,2544	1,1426	1,1377	1,0693	1,0934
MT	0,9701	0,9656	1,0438	0,8717	1,1962	1,1813	1,0890	1,3440
PA	0,9769	0,9949	1,0622	1,0484	1,0417	1,0390	1,0070	1,0678
PB	1,0185	1,1036	1,0604	1,0842	1,1309	1,0844	1,1010	1,0970
PE	1,0010	1,0010	1,0094	1,0366	1,0266	0,8029	1,0371	0,9497
PI	0,9896	0,9943	0,8977	0,6739	1,1117	1,2099	1,0555	1,1571
PR	1,0030	1,1646	1,0064	1,2627	1,0287	1,0766	1,0779	1,0208
RJ	1,0398	0,9858	1,0402	0,9869	1,0407	0,9315	1,1770	1,0185
RN	1,0811	0,9811	0,9328	1,0165	1,0132	1,0472	1,0231	1,0191
RO	1,0291	0,8849	1,1158	0,8413	1,1464	0,8836	1,0913	1,1035
RR	1,1620	0,9661	1,3599	1,0949	1,2287	1,1317	1,1214	1,2613
RS	0,9605	0,9697	0,9535	0,9423	0,9907	1,4792	1,0359	0,8405
SC	0,9559	0,9843	1,0058	1,0043	1,0663	0,4377	1,0123	1,7770
SE	0,9863	1,0061	0,9893	1,0003	1,0479	1,0238	1,0505	1,0822
SP	1,0037	0,7817	0,9979	0,6400	1,0299	1,2901	1,0198	1,5441
TO	0,9457	0,9659	0,9964	1,0363	1,0300	1,0864	1,0493	0,9142
Superávit	13	12	18	16	25	19	25	22
Déficit	14	15	9	11	2	8	2	5

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Os números revelados na Tabela 2 trazem variações nos resultados entre os anos de 2018 a 2021, para a maioria dos estados. Esses entes federados conseguiram manter um

superávit orçamentário constante em ambos os indicadores, como Amapá (AP) e Paraíba (PB), enquanto outros tiveram flutuações significativas. Ademais, os resultados orçamentários foram os que mais apresentaram situações superavitárias em todos os anos.

Entretanto, os estados de Minas Gerais (MG) e Maranhão (MA) foram os que, ao longo do período analisado, apresentaram mais déficits sob os dois enfoques. Em 2018 o estado de Pernambuco (PE) apresentou um equilíbrio quase perfeito entre o resultado orçamentário e o resultado patrimonial, com valores muito próximos de 1 em ambas as colunas.

Por outro lado, estados como Bahia (BA), Maranhão (MA) e Sergipe (SE) experimentaram variações mais significativas em seus indicadores. A Bahia, por exemplo, apresentou uma oscilação marcante em seu IRPE, indicando que as variações em seus resultados patrimoniais podem ter sido influenciadas por fatores externos ou ajustes de gestão. O Maranhão, por sua vez, teve um ResOrc abaixo de 1 na maioria dos anos, mas exibiu um IRPE variável, o que poderia indicar medidas de contenção para manter a estabilidade patrimonial mesmo em momentos de déficit orçamentário.

Alagoas (AL), Paraíba (PB) e Paraná (PR) demonstraram um padrão de desempenho positivo tanto nos indicadores de resultado orçamentário quanto nos patrimoniais. Dessa forma, isso sugere uma gestão relativamente sólida das finanças públicas nesses estados, com resultados que apontam para superávits tanto no orçamento quanto no patrimônio.

Os Estados de Roraima (RR) e Santa Catarina (SC), São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ) mostraram discrepâncias significativas entre os indicadores de ResOrc e IRPE. Isso pode indicar desafios na sincronização entre o planejamento orçamentário e o impacto no patrimônio líquido desses estados.

Em termos gerais, os resultados apresentados no período de 2018 a 2021 mostram que a gestão das finanças públicas nos estados brasileiros ainda complexos e multifacetados. Diversos fatores, como políticas econômicas, mudanças na arrecadação e despesas públicas, além de eventos externos, podem influenciar as variações observadas nos indicadores. A análise desses resultados proporciona uma visão detalhada das estratégias de gestão fiscal adotadas pelos estados, auxiliando na identificação de boas práticas e desafios a serem abordados para garantir a sustentabilidade financeira e a saúde patrimonial no longo prazo.

4.3 Comportamento das Receitas e Despesas sob os Enfoques Orçamentário e Patrimonial

As seções a seguir mostram os resultados contábeis absolutos sob os enfoques orçamentário e patrimonial.

4.3.1 Receitas e Despesas sob o Enfoque Orçamentário

A Tabela 3 apresenta o Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 3 – Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018 → 2019	2019 → 2020	2020 → 2021
AC	Receita Arrecadada	6.541,9	6.510,6	7.027,0	7.929,5	-0,5%	7,9%	12,8%
	Despesa Empenhada	6.589,3	6.379,2	6.882,0	7.878,1	-3,2%	7,9%	14,5%
AM	Receita Arrecadada	18.018,3	19.932,3	22.878,4	25.652,5	10,6%	14,8%	12,1%
	Despesa Empenhada	17.630,7	19.301,4	21.576,3	24.878,6	9,5%	11,8%	15,3%
AP	Receita Arrecadada	4.965,4	5.858,1	6.740,3	7.416,9	18,0%	15,1%	10,0%
	Despesa Empenhada	4.661,3	5.149,9	5.406,8	5.954,3	10,5%	5,0%	10,1%
PA	Receita Arrecadada	24.861,0	27.678,0	31.951,9	35.222,1	11,3%	15,4%	10,2%
	Despesa Empenhada	25.448,4	26.056,2	30.673,3	34.976,5	2,4%	17,7%	14,0%
RO	Receita Arrecadada	7.745,4	8.497,3	9.581,9	10.876,5	9,7%	12,8%	13,5%
	Despesa Empenhada	7.526,5	7.615,5	8.358,0	9.966,5	1,2%	9,8%	19,2%
RR	Receita Arrecadada	3.754,7	5.126,5	4.905,0	5.861,0	36,5%	-4,3%	19,5%
	Despesa Empenhada	3.231,3	3.769,8	3.992,2	5.226,5	16,7%	5,9%	30,9%
TO	Receita Arrecadada	8.064,1	9.096,8	10.760,5	12.208,4	12,8%	18,3%	13,5%
	Despesa Empenhada	8.527,0	9.129,3	10.447,0	11.634,3	7,1%	14,4%	11,4%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

O estado de Roraima (RR) apresentou a maior taxa de crescimento na Receita Arrecadada ao longo do período, com um aumento impressionante de 36,5% de 2018 para 2019. Embora tenha tido uma queda de -4,3% de 2019 para 2020, Roraima ainda conseguiu um aumento significativo de 19,5% de 2020 para 2021.

O Amapá (AP) teve a segunda melhor evolução na Receita Arrecadada, com um crescimento de 18,0% de 2018 para 2019. Nos anos seguintes, o estado manteve um crescimento positivo, com variações de 15,1% de 2019 para 2020 e 10,0% de 2020 para 2021.

O Amazonas (AM) teve um crescimento de 10,6% na Receita Arrecadada de 2018 para 2019, ficando em terceiro lugar. Nos anos subsequentes, o estado apresentou crescimentos contínuos, com variações de 14,8% de 2019 para 2020 e 12,1% de 2020 para 2021.

Em relação as Despesas, Roraima (RR) apresentou o maior aumento percentual nas Despesas Empenhadas de 2018 para 2019, com um crescimento de 16,7%. No período de 2019 a 2020, Roraima teve um aumento de 5,9% nas despesas, e de 2020 para 2021, o estado registrou um aumento significativo de 30,9% nas Despesas Empenhadas.

O estado do Pará (PA) também teve aumentos expressivos nas Despesas Empenhadas.

O aumento de 2018 para 2019 foi de 2,4%, nos anos seguintes, o Pará (PA) teve aumentos ainda maiores: 17,7% de 2019 para 2020 e 14,0% de 2020 para 2021.

A Tabela 4 apresenta o Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 4 – Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018 → 2019	2019 → 2020	2020 → 2021
AL	Receita Arrecadada	15.209,0	9.875,1	11.811,8	13.795,5	-35,1%	19,6%	16,8%
	Despesa Empenhada	10.398,5	9.307,8	10.411,6	14.620,9	-10,5%	11,9%	40,4%
BA	Receita Arrecadada	45.877,4	48.898,7	51.180,5	60.695,3	6,6%	4,7%	18,6%
	Despesa Empenhada	46.797,9	48.888,5	49.033,7	56.582,1	4,5%	0,3%	15,4%
CE	Receita Arrecadada	22.958,1	25.149,5	30.005,0	34.196,4	9,5%	19,3%	14,0%
	Despesa Empenhada	26.980,4	27.762,6	28.534,9	32.891,6	2,9%	2,8%	15,3%
MA	Receita Arrecadada	15.735,1	16.635,8	18.238,2	20.184,7	5,7%	9,6%	10,7%
	Despesa Empenhada	19.269,5	16.932,1	17.944,4	21.175,2	-12,1%	6,0%	18,0%
PB	Receita Arrecadada	10.702,4	11.376,6	12.342,0	14.229,4	6,3%	8,5%	15,3%
	Despesa Empenhada	10.507,5	10.728,9	10.913,4	12.923,5	2,1%	1,7%	18,4%
PE	Receita Arrecadada	34.793,0	37.528,7	39.600,2	44.248,6	7,9%	5,5%	11,7%
	Despesa Empenhada	34.759,9	37.180,0	38.575,0	42.665,9	7,0%	3,8%	10,6%
PI	Receita Arrecadada	10.441,7	11.370,8	13.868,4	15.239,8	8,9%	22,0%	9,9%
	Despesa Empenhada	10.551,2	12.667,2	12.475,1	14.438,0	20,1%	-1,5%	15,7%
RN	Receita Arrecadada	11.565,6	12.466,5	13.631,1	15.395,7	7,8%	9,3%	12,9%
	Despesa Empenhada	10.697,8	13.364,6	13.453,5	15.047,7	24,9%	0,7%	11,8%
SE	Receita Arrecadada	8.667,4	9.460,5	10.416,2	11.666,4	9,2%	10,1%	12,0%
	Despesa Empenhada	8.787,8	9.562,3	9.939,6	11.105,3	8,8%	3,9%	11,7%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

O Piauí (PI) registrou uma das maiores variações positivas nas Receitas Arrecadadas, com um aumento de 45,8% de 2018 para 2019, além disso, o estado continuou a ter aumentos notáveis nos anos seguintes: 22,0% de 2019 para 2020 e 9,9% de 2020 para 2021. De 2018 para 2019, houve um aumento significativo de 20,1% nas Despesas Empenhadas. Esse aumento sugere um aumento nos gastos do governo durante esse período. Ainda assim, de 2019 para 2020, houve uma diminuição de 1,5% nas Despesas Empenhadas. Isso indica uma redução leve nos gastos em comparação ao ano anterior. Posteriormente, de 2020 para 2021, ocorreu um aumento de 15,7% nas Despesas Empenhadas. Esse crescimento substancial indica um aumento significativo nos gastos do governo nesse período.

Por outro lado, o Estado de Alagoas (AL) registrou uma queda acentuada de 35,1% na Receita Arrecadada de 2018 para 2019. Em contrapartida, teve um crescimento significativo de 19,6% nas Receitas Arrecadadas de 2019 para 2020, indicando uma recuperação econômica

nesse período, o estado continuou a apresentar um aumento de 16,8% nas Receitas Arrecadadas de 2020 para 2021. Essa tendência ascendente pode indicar uma estabilização ou melhoria contínua na situação econômica do estado.

Em contrapartida Alagoas (AL) reduziu suas Despesas Empenhadas em 10,5% entre 2018 e 2019, em seguida, houve um aumento moderado de 11,9% nas Despesas Empenhadas de 2019 para 2020. Contudo, o crescimento mais notável ocorreu entre 2020 e 2021, com um aumento expressivo de 40,4% nessas despesas. Esse crescimento significativo sugere um aumento substancial nos gastos do governo, possivelmente associado a investimentos, programas assistenciais causados pela pandemia.

O estado do Maranhão (MA) sua Receita Arrecadada teve um aumento moderado e consistente: 5,7% de 2018 para 2019, 9,6% de 2019 para 2020 e 10,7% de 2020 para 2021.

As Despesas Empenhadas tiveram uma queda acentuada de 12,1% de 2018 para 2019, seguida de um aumento de 6,0% de 2019 para 2020 e um aumento significativo de 18,0% de 2020 para 2021.

A Tabela 5 demonstra o Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Centro-Oeste e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 5 – Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Centro-Oeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018 →2019	2019→2020	2020→2021
DF	Receita Arrecadada	24.773,4	25.127,8	26.794,9	30.826,0	1,4%	6,6%	15,0%
	Despesa Empenhada	24.837,3	24.910,3	25.395,1	29.529,4	0,3%	1,9%	16,3%
GO	Receita Arrecadada	24.465,8	29.997,1	29.463,9	34.846,2	22,6%	-1,8%	18,3%
	Despesa Empenhada	25.806,7	29.474,1	28.939,4	34.039,1	14,2%	-1,8%	17,6%
MS	Receita Arrecadada	14.923,5	15.118,1	17.556,4	19.891,5	1,3%	16,1%	13,3%
	Despesa Empenhada	14.720,7	15.066,3	15.365,5	18.602,3	2,3%	2,0%	21,1%
MT	Receita Arrecadada	18.122,8	20.745,9	23.819,6	28.595,1	14,5%	14,8%	20,0%
	Despesa Empenhada	18.681,0	19.875,2	19.913,0	26.257,8	6,4%	0,2%	31,9%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

No Distrito Federal (DF) A Receita Arrecadada apresentou um crescimento constante ao longo dos anos: 1,4% de 2018 para 2019, 6,6% de 2019 para 2020 e um aumento significativo de 15,0% de 2020 para 2021. As Despesas Empenhadas também tiveram um crescimento gradual: 0,3% de 2018 para 2019, 1,9% de 2019 para 2020 e um aumento notável de 16,3% de 2020 para 2021.

Dessa forma, no estado de Goiás (GO) a Receita Arrecadada teve um aumento expressivo de 22,6% de 2018 para 2019, mas sofreu uma redução de 1,8% de 2019 para 2020.

No entanto, houve um crescimento de 18,3% de 2020 para 2021. As Despesas Empenhadas seguiram um padrão semelhante: aumento de 14,2% de 2018 para 2019, redução de 1,8% de 2019 para 2020 e aumento de 17,6% de 2020 para 2021.

A Tabela 6 apresenta Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sudeste e suas variações, entre 2018 e 2021.

Tabela 6 – Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sudeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018 →2019	2019→2020	2020→2021
ES	Receita Arrecadada	16.597,8	19.465,2	18.760,3	20.065,0	17,3%	-3,6%	7,0%
	Despesa Empenhada	16.114,4	16.815,4	17.696,9	18.762,3	4,3%	5,2%	6,0%
MG	Receita Arrecadada	91.754,0	99.548,3	104.254,0	128.995,5	8,5%	4,7%	23,7%
	Despesa Empenhada	102.986,6	108.180,6	107.107,6	128.891,8	5,0%	-1,0%	20,3%
RJ	Receita Arrecadada	69.352,3	69.639,1	67.149,7	91.423,5	0,4%	-3,6%	36,1%
	Despesa Empenhada	66.699,0	66.951,0	64.525,6	77.676,3	0,4%	-3,6%	20,4%
SP	Receita Arrecadada	242.941,8	257.443,7	266.182,4	305.164,4	6,0%	3,4%	14,6%
	Despesa Empenhada	242.037,3	257.997,7	258.458,1	299.233,9	6,6%	0,2%	15,8%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

O estado do Espírito Santo (ES) apresentou um aumento de 17,3% nas Receitas Arrecadadas de 2018 para 2019. No entanto, houve uma queda de -3,6% nas Receitas Arrecadadas de 2019 para 2020, seguida por um aumento de 7,0% de 2020 para 2021. Nas Despesas Empenhadas, o crescimento foi mais gradual, com um aumento de 4,3% de 2018 para 2019 e de 5,2% de 2019 para 2020. A variação das Despesas Empenhadas de 2020 para 2021 foi de 6,0%, indicando um crescimento mais moderado em comparação aos anos anteriores

Em seguida, o estado de Minas Gerais (MG) registrou um crescimento de 8,5% nas Receitas Arrecadadas de 2018 para 2019, seguido por um aumento de 4,7% de 2019 para 2020. O estado apresentou um crescimento significativo de 23,7% nas Receitas Arrecadadas de 2020 para 2021. No entanto, as Despesas Empenhadas cresceram 5,0% de 2018 para 2019, enquanto tiveram uma leve queda de -1,0% de 2019 para 2020. O aumento das Despesas Empenhadas de 2020 para 2021 foi de 20,3%, indicando um crescimento considerável nos gastos.

Apesar disso Minas Gerais (MG) enfrentou déficits orçamentários nos anos de 2018, 2019 e 2020. Esses déficits podem ser atribuídos ao desequilíbrio entre as Receitas Arrecadadas e as Despesas Empenhadas.

A Tabela 7 evidencia o Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 7 – Comportamento da Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias dos estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018 →2019	2019→2020	2020→2021
PR	Receita Arrecadada	51.382,3	52.403,9	48.438,6	56.214,4	2,0%	-7,6%	16,1%
	Despesa Empenhada	51.230,8	52.072,6	47.088,8	52.152,0	1,6%	-9,6%	10,8%
RS	Receita Arrecadada	66.617,4	70.429,2	63.960,6	73.516,3	5,7%	-9,2%	14,9%
	Despesa Empenhada	69.355,1	73.861,6	64.557,9	70.970,0	6,5%	-12,6%	9,9%
SC	Receita Arrecadada	25.756,2	28.199,1	29.952,5	34.159,4	9,5%	6,2%	14,0%
	Despesa Empenhada	26.943,0	28.037,3	28.089,0	33.745,8	4,1%	0,2%	20,1%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Analisando o estado do Paraná (PR) suas receitas arrecadadas apresentaram um aumento de 2,0% de 2018 para 2019, indicando um crescimento moderado. No entanto, houve uma queda de -7,6% nas receitas de 2019 para 2020, mas um aumento significativo de 16,1% de 2020 para 2021. Nas despesas empenhadas, observou-se um aumento de 1,6% de 2018 para 2019, e uma queda de -9,6% de 2019 para 2020. Posteriormente, houve um aumento de 10,8% de 2020 para 2021. Apresentando superávit orçamentário em todos os anos.

No estado do Rio Grande do Sul (RS) houve um aumento de 5,7% nas receitas arrecadadas de 2018 para 2019, seguido por uma queda de -9,2% de 2019 para 2020. No entanto, ocorreu um aumento de 14,9% nas receitas de 2020 para 2021. Nas despesas empenhadas, houve um aumento de 6,5% de 2018 para 2019, mas uma queda de -12,6% de 2019 para 2020. Houve um aumento moderado de 9,9% de 2020 para 2021. Ainda assim, o estado apresentou déficit orçamentário nos três primeiros anos analisados.

Enquanto no estado de Santa Catarina (SC) suas receitas arrecadadas tiveram um aumento de 9,5% de 2018 para 2019, seguido por um aumento mais moderado de 6,2% de 2019 para 2020. Além disso, houve um aumento de 14,0% nas receitas de 2020 para 2021. Nas despesas empenhadas, houve um aumento de 4,1% de 2018 para 2019, uma variação mínima de 0,2% de 2019 para 2020 e um aumento mais substancial de 20,1% de 2020 para 2021. Ademais o Estado de SC apresentou déficit orçamentários em 2018, e superávit nos três próximos anos analisados.

4.3.2 Receitas e Despesas sob o Enfoque Patrimonial

A Tabela 8 apresenta o Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 8 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Norte e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018→2019	2019→2020	2020→2021
AC	VPA	5.947,67	13.660,05	18.554,98	15.808,14	129,7%	35,8%	-14,8%
	VPD	7.540,36	13.932,35	13.596,27	16.379,74	84,8%	-2,4%	20,5%
AM	VPA	22.992,79	69.061,32	58.513,35	65.789,44	200,4%	-15,3%	12,4%
	VPD	22.114,68	68.106,16	55.012,96	66.054,58	208,0%	-19,2%	20,1%
AP	VPA	80.495,41	9.720,56	12.755,15	15.625,06	-87,9%	31,2%	22,5%
	VPD	7.808,80	7.723,17	10.444,84	13.720,47	-1,1%	35,2%	31,4%
PA	VPA	56.865,73	62.853,16	69.975,00	81.915,75	10,5%	11,3%	17,1%
	VPD	57.159,72	59.949,97	67.350,04	76.711,16	4,9%	12,3%	13,9%
RO	VPA	21.481,90	22.541,98	59.434,02	43.268,00	4,9%	163,7%	-27,2%
	VPD	24.277,27	26.792,98	67.263,91	39.208,42	10,4%	151,1%	-41,7%
RR	VPA	13.603,23	10.559,00	16.194,46	24.829,47	-22,4%	53,4%	53,3%
	VPD	14.081,20	9.644,23	14.310,47	19.686,15	-31,5%	48,4%	37,6%
TO	VPA	21.128,12	24.208,57	29.826,14	33.355,79	14,6%	23,2%	11,8%
	VPD	21.873,74	23.359,46	27.454,16	36.486,42	6,8%	17,5%	32,9%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

O estado do Amazonas (AM) as variações patrimoniais aumentativas tiveram um aumento notável de 200,4% de 2018 para 2019, mas uma variação negativa de -15,3% de 2019 para 2020. Em seguida, apresentou uma recuperação de 12,4% de 2020 para 2021. As VPDs também mostraram um aumento significativo de 208,0% de 2018 para 2019, seguido por uma queda de -19,2% de 2019 para 2020. Houve um aumento de 20,1% de 2020 para 2021.

Da mesma forma, o Acre (AC) apresentou um expressivo aumento nas VPAs de 129,7% em 2018 para 2019. No entanto, houve uma variação positiva 35,8% de 2019 para 2020, e uma queda de -14,8% de 2020 para 2021. Já as VPDs também mostraram um aumento significativo de 84,8% de 2018 para 2019, mas teve uma pequena queda de -2,4% de 2019 para 2020 e um aumento de 20,5% de 2020 para 2021. Ainda diante dessas variações o estado do Acre (AC) enfrentou déficit patrimoniais nos anos de 2018, 2019 e 2021.

No entanto o estado de Roraima (RR) além de apresentar uma queda significativa de -22,4% de 2018 para 2019, mas apresentou aumentos de 53,4% de 2019 para 2020 e 53,3% de 2020 para 2021. As VPDs também mostraram variações expressivas, com uma queda de -31,5% de 2018 para 2019 e aumentos de 48,4% de 2019 para 2020 e 37,6% de 2020 para 2021. Ainda assim, apresentou superavit patrimoniais nos anos de 2019 a 2021.

A Tabela 9 evidencia o Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Centro-Oeste e suas variações, entre 2018 e 2021.

Tabela 9 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos estados da Região Centro-Oeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018→2019	2019→2020	2020→2021
DF	VPA	63.368,69	131.790,35	63.973,39	69.662,19	108,0%	-51,5%	8,9%
	VPD	57.981,63	72.385,11	60.181,89	67.891,00	24,8%	-16,9%	12,8%
GO	VPA	193.123,33	740.494,14	342.743,83	145.945,05	283,4%	-53,7%	-57,4%
	VPD	193.069,56	731.868,52	344.717,20	156.687,79	279,1%	-52,9%	-54,5%
MS	VPA	36.241,66	45.039,65	40.345,55	47.761,23	24,3%	-10,4%	18,4%
	VPD	35.185,13	35.905,08	35.462,98	43.683,11	2,0%	-1,2%	23,2%
MT	VPA	132.326,66	209.516,17	159.957,75	177.053,33	58,3%	-23,7%	10,7%
	VPD	137.039,01	240.366,55	135.404,86	131.734,97	75,4%	-43,7%	-2,7%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Na região Centro-Oeste o Estado do Distrito Federal (DF) apresentou a maior variação positiva de VPA, com um aumento de 108,0% de 2018 para 2019. No entanto, essa variação diminuiu drasticamente nos anos seguintes. O estado de Goiás (GO) também apresentou uma variação positiva expressiva, com um aumento de 283,4% de 2018 para 2019. No entanto, essa variação se reverteu nos anos seguintes, resultando em uma variação negativa.

Por outro lado, o estado de Goiás (GO) teve a maior variação negativa de VPD, com uma queda de -57,4% de 2019 para 2020, seguida por uma queda adicional de -54,5% de 2020 para 2021. Isso indica uma redução significativa nos passivos líquidos ao longo desses anos. Bem como o estado de Mato Grosso (MT) que também enfrentou uma variação negativa expressiva em VPD, com quedas significativas em 2019-2020 e 2020-2021.

Em resumo, os estados do Distrito Federal e Goiás apresentaram variações patrimoniais extremamente voláteis, alternando entre crescimentos expressivos e reversões drásticas nos ativos e passivos líquidos. Mato Grosso do Sul mostrou uma gestão mais estável ao evitar variações negativas significativas, enquanto Mato Grosso enfrentou variações negativas expressivas nos anos subsequentes ao crescimento inicial.

A Tabela 10 demonstra o comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021.

Tabela 10 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Nordeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018→2019	2019→2020	2020→2021
AL	VPA	30.487,01	75.840,38	42.125,10	34.032,76	148,8%	-44,5%	-19,2%
	VPD	30.483,49	74.795,74	40.814,25	31.069,47	145,4%	-45,4%	-23,9%
BA	VPA	319.754,33	70.740,83	371.556,44	270.541,05	-77,9%	425,2%	-27,2%
	VPD	282.078,40	141.967,45	179.123,75	256.072,78	-49,7%	26,2%	43,0%
CE	VPA	55.465,46	61.135,94	62.249,73	78.486,83	10,2%	1,8%	26,1%

	VPD	51.652,02	58.163,20	64.657,86	76.834,99	12,6%	11,2%	18,8%
MA	VPA	41.216,79	78.199,66	90.771,61	105.572,24	89,7%	16,1%	16,3%
	VPD	42.181,48	86.705,14	151.472,09	86.892,61	105,6%	74,7%	-42,6%
PB	VPA	27.744,72	26.381,95	27.202,61	31.837,99	-4,9%	3,1%	17,0%
	VPD	25.141,19	24.333,38	25.085,39	29.022,05	-3,2%	3,1%	15,7%
PE	VPA	80.495,41	44.403,69	90.416,44	103.661,17	-44,8%	103,6%	14,6%
	VPD	80.414,16	42.837,24	112.618,47	109.150,42	-46,7%	162,9%	-3,1%
PI	VPA	22.168,31	53.358,86	22.479,19	36.327,04	140,7%	-57,9%	61,6%
	VPD	22.295,08	79.179,21	18.579,78	31.394,76	255,1%	-76,5%	69,0%
RN	VPA	27.188,22	36.892,37	61.298,76	43.815,31	35,7%	66,2%	-28,5%
	VPD	27.711,17	36.294,77	58.534,16	42.994,10	31,0%	61,3%	-26,5%
SE	VPA	23.217,63	25.630,06	26.210,17	30.125,60	10,4%	2,3%	14,9%
	VPD	23.075,85	25.623,44	25.601,54	27.838,06	11,0%	-0,1%	8,7%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Na região Nordeste, o Estado de Alagoas (AL) apresentou um grande aumento de 148,8% de 2018 para 2019. No entanto, enfrentou variações negativas significativas nos anos seguintes. Em relação as VPD a variação positiva entre 2018 e 2019 foi de 145,4%, indicando um aumento nos passivos líquidos nesse período, similar aos ativos, a tendência positiva não foi mantida nos anos seguintes.

O Estado da Bahia (BA) embora tenha tido um aumento significativo de VPA de 2019 para 2020 (425,2%), enfrentou uma variação negativa extrema de 2018 para 2019 (-77,9%) e uma redução adicional em 2020-2021 (-27,2%).

Outro destaque, é o Estado do Piauí (PI) que além de ter tido uma das maiores variações positivas de VPA em 2018 para 2019 de 140,7%, teve a maior variação negativa de VPD em 2019-2020 e 2020-2021, indicando uma redução significativa dos passivos líquidos.

A Tabela 11 compreende o Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Sudeste e suas variações, entre 2018 e 2021.

Tabela 11 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Sudeste e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018→2019	2019→2020	2020→2021
ES	VPA	34.181,76	38.677,57	43.109,37	49.100,86	13,2%	11,5%	13,9%
	VPD	38.723,10	38.741,69	40.282,20	45.682,75	0,0%	4,0%	13,4%
MG	VPA	137.169,06	120.772,72	97.177,38	426.717,30	-12,0%	-19,5%	339,1%
	VPD	159.005,38	123.333,52	129.540,03	422.569,42	-22,4%	5,0%	226,2%
RJ	VPA	184.252,16	429.737,42	145.223,54	387.509,95	133,2%	-66,2%	166,8%
	VPD	186.915,40	435.434,05	155.905,56	380.479,52	133,0%	-64,2%	144,0%
SP	VPA	309.019,97	390.086,27	504.229,76	535.960,86	26,2%	29,3%	6,3%
	VPD	395.318,67	609.492,25	390.853,64	347.101,70	54,2%	-35,9%	-11,2%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

O Estado de Minas Gerais (MG) apresentou uma queda significativa nas VPAs de -12,0% entre 2018 e 2019, seguida por uma queda adicional de -19,5% entre 2019 e 2020. Entretanto, houve um aumento expressivo de 339,1% entre 2020 e 2021. Nos passivos líquidos, a variação foi ainda mais notável, com quedas de -22,4% entre 2018 e 2019, seguida por um aumento de 5,0% entre 2019 e 2020 e um aumento significativo de 226,2% entre 2020 e 2021.

No Rio de Janeiro (RJ) experimentou um aumento acentuado nas variações patrimoniais aumentativas de 133,2% entre 2018 e 2019, seguido por uma queda de -66,2% entre 2019 e 2020. No entanto, houve um aumento notável de 166,8% entre 2020 e 2021. Nas variações patrimoniais diminutivas, o padrão foi semelhante, com uma variação positiva de 133,0% entre 2018 e 2019, seguida por uma queda de -64,2% entre 2019 e 2020 e um aumento de 144,0% entre 2020 e 2021.

Essas variações indicam flutuações drásticas nas finanças do Estado, que podem ser atribuídas a fatores como investimentos, políticas fiscais ou impactos econômicos significativos.

A Tabela 12 apresenta o Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021

Tabela 12 – Comportamento das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas dos Estados da Região Sul e suas variações, entre 2018 e 2021 (valores em milhões de reais)

UF	Conta	2018	2019	2020	2021	2018→2019	2019→2020	2020→2021
PR	VPA	140.514,45	149.201,92	136.488,92	141.645,65	6,2%	-8,5%	3,8%
	VPD	120.654,31	118.159,91	126.782,22	138.752,95	-2,1%	7,3%	9,4%
RS	VPA	226.638,29	120.814,15	640.396,39	261.070,58	-46,7%	430,1%	-59,2%
	VPD	233.717,04	128.207,64	432.924,86	310.615,32	-45,1%	237,7%	-28,3%
SC	VPA	149.869,20	323.163,13	167.485,70	307.864,67	115,6%	-48,2%	83,8%
	VPD	152.253,80	321.784,01	382.684,47	173.251,08	111,3%	18,9%	-54,7%

Fonte: Elaborado com base nos dados da Pesquisa (2023)

Nas variações patrimoniais aumentativas (VPA), o Estado do Paraná (PR) teve um aumento de 6,2% entre 2018 e 2019, mas enfrentou uma queda de -8,5% entre 2019 e 2020. No entanto, houve um pequeno aumento de 3,8% entre 2020 e 2021. Entretanto nas variações (VPD), o Estado registrou uma queda de -2,1% entre 2018 e 2019, seguida por um aumento de 7,3% entre 2019 e 2020 e um aumento mais significativo de 9,4% entre 2020 e 2021.

As variações nos ativos e passivos líquidos mostram flutuações relativamente suaves ao longo do período, sugerindo uma relativa estabilidade nas finanças do Estado.

Por outro lado, o Rio Grande do Sul (RS) teve uma queda notável nas VPAs de -46,7% entre 2018 e 2019, seguidas por um aumento expressivo de 430,1% entre 2019 e 2020. No entanto, houve uma queda acentuada de -59,2% entre 2020 e 2021. Ainda assim nas VPDs a variação foi semelhante, com uma queda de -45,1% entre 2018 e 2019, um aumento significativo de 237,7% entre 2019 e 2020 e uma queda de -28,3% entre 2020 e 2021.

Sendo assim, as variações patrimoniais nos Estados analisados revelam padrões bastante distintos. O Paraná exibiu flutuações mais suaves em seus ativos e passivos líquidos, indicando uma gestão financeira mais estável. Por outro lado, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina enfrentaram variações extremas, possivelmente devido a eventos econômicos significativos ou políticas financeiras impactantes. Essas variações podem refletir a complexidade das economias e políticas fiscais estaduais, bem como suas estratégias de investimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou de forma abrangente dos resultados contábeis sob os enfoques orçamentário e patrimonial nos Estados e no Distrito Federal durante o período entre 2018 e 2021. Com o objetivo de identificar receitas e despesas, entender o comportamento dos resultados e analisar as variações regionais, conseguimos obter insights valiosos sobre a gestão contábil das unidades federativas.

Os resultados desta pesquisa evidenciaram um panorama diversificado no que diz respeito ao equilíbrio entre o planejamento orçamentário e os resultados patrimoniais efetivamente alcançados. Observamos que o Estado de Pernambuco (PE) em 2018 conseguiu manter um equilíbrio notável entre seus planos orçamentários e os resultados patrimoniais, indicando uma gestão financeira eficaz e assertiva naquele ano. Essa conquista merece destaque, pois demonstra uma capacidade de alinhar as projeções financeiras com a realidade operacional.

Entretanto, também identificamos discrepâncias significativas em outros Estados, onde os resultados orçamentários e patrimoniais divergiram consideravelmente. Isso aponta para desafios na execução dos planos orçamentários, sugerindo a necessidade de uma revisão mais profunda das estratégias financeiras em vigor. Essas diferenças podem ser resultado de diversos fatores, incluindo mudanças econômicas imprevistas, má alocação de recursos e ineficiências na gestão pública.

Uma descoberta notável foi a prevalência de superávits nos resultados orçamentários em comparação com os resultados patrimoniais. Esse achado sugere uma possível tendência de práticas contábeis mais conservadoras ou a possibilidade de que os regimes contábeis adotados, ainda estejam em discordância. Esta diferença levanta questões importantes sobre a precisão dos relatórios contábeis e a necessidade de transparência e clareza na prestação de contas pública.

Ao explorar as variações regionais, identificamos que as disparidades nos resultados contábeis orçamentários e patrimoniais pode ter sido influenciada por fatores contextuais específicos de cada região.

Em resumo, este estudo ressalta a complexidade da gestão financeira nos Estados e no Distrito Federal, evidenciando os resultados contábeis orçamentários e patrimoniais. As conclusões aqui apresentadas não apenas fornecem uma compreensão mais ampla acerca dos regimes contábil e orçamentário nos Estados e Distrito Federal, mas também ressaltam a

necessidade contínua de monitoramento, avaliação e adaptação das estratégias financeiras para promover uma gestão pública eficiente e transparente.

Em pesquisas futuras, pode-se buscar uma análise mais detalhada das razões por trás das discrepâncias entre os resultados orçamentários e patrimoniais, incluindo fatores como políticas fiscais, alocação de recursos e eficácia na execução dos planos. Além disso, é essencial considerar os aspectos socioeconômicos e políticos que podem influenciar as práticas financeiras em diferentes regiões. Propomos também uma investigação mais complexa das implicações práticas dessas diferenças na tomada de decisões dos gestores públicos, visando melhorias contínuas na gestão financeira e na prestação de contas à sociedade.

REFERÊNCIAS

ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

ANDRADE, Maria Elisabeth Moreira Carvalho; DA SILVA SUZART, Janilson Antonio. Contabilidade aplicada ao setor público: um estudo sobre o reconhecimento da depreciação na contabilidade dos Estados brasileiros. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 11, n. 2, 2019.

ASSET, IMPACTS ON MUNICIPALITIES. Transição para o regime contábil de competência no setor público: impactos na estrutura patrimonial dos municípios. 2011.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Instruções de procedimentos contábeis. IPC 05: metodologia para elaboração da demonstração das variações patrimoniais. 2014. Disponível em: https://www.tcm.go.gov.br/portalgov/wp-content/uploads/2014/06/IPC05_DVP.pdf. Acesso em: 07 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em: 07 agosto. 2023.

CASTRO, Grazielle de Amorim. Eficiência da gestão pública: informação de custos dos Estados brasileiros. 2013.

CRUVINEL, D. P.; LIMA, D. V. de. Adoção do regime de competência no setor público brasileiro sob a perspectiva das normas brasileiras e internacionais de contabilidade. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, [S. l.], v. 5, n. 3, 2011. DOI: 10.17524/repec.v5i3.185. Disponível em: <https://www.repec.org.br/repec/article/view/185>. Acesso em: 02 set. 2023.

DA SILVA, Thaís Alves; SANCHES, Simone Leticia Raimundini. Orçamento ou patrimônio? Análise de desempenho dos municípios paranaenses no contexto da transição do modelo orçamentário para o modelo patrimonialista da contabilidade pública. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 12, n. 2, 2021.

DE IUDÍCIBUS, Sergio; MARION, José Carlos; DE FARIA, Ana Cristina. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. Atlas, 2009.

Dutra, T. A. G. L. & Jesus, M. A. J. (2012). Adoção do regime de competência e convergência com as normas internacionais na contabilidade pública: um estudo comparado entre Brasil e países desenvolvidos da OCDE. XV encontro AECA. Esposende. Recuperado de <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/29f.pdf>.

FACHIN, Odília. Fundamentos de metodologia. Saraiva Educação SA, 5o ed 2005.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MANZATO, Antonio José; SANTOS, Adriana Barbosa. A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa. Departamento de Ciência de Computação e Estatística–IBILCE–

UNESP, p. 1-17, 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade versus fluxo de caixa. **Caderno de Estudos**, p. 01-10, 1999.

Orair, R. O. (2011). Especificidades do processo orçamentário brasileiro e os obstáculos à harmonização contábil: uma análise aplicada aos investimentos das administrações públicas. XVI Prêmio Tesouro Nacional de Monografias.

PIRES, João Batista Fortes de Sousa. Contabilidade Pública: Orçamento Público: Lei de Responsabilidade Fiscal. 9. ed. Brasília: Franco & Fortes, 2006.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Maria Berenice. Contabilidade do Setor Público. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas: uma proposta**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOTHE, A.; SCARPIN, J. E. Transição para o Regime Contábil de Competência no Setor Público: Impactos na Estrutura Patrimonial. Revista de Informação Contábil (UFPE), v. 5, p. 43-63, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WAINER, Jacques et al. Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. Atualização em informática, v. 1, p. 221-262, 2007.